

# NÃO ESTAMOS TODOS NO MESMO BARCO: O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO E A PANDEMIA DO COVID-19 (GT 02 - DIREITOS FUNDAMENTAIS, COLONIALIDADE E DESIGUALDADE)

Congresso PUBLIUS de Direito Constitucional., 1<sup>a</sup> edição, de 20/10/2020 a 21/10/2020  
ISBN dos Anais: 978-65-86861-41-9

DIAS; Mariana Eva Souza<sup>1</sup>

## RESUMO

De acordo com o informado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), até 15 de outubro de 2020, eram 38.394.169 pessoas com diagnóstico confirmado de contaminação pelo COVID-19, estando o mundo na assombrosa cifra de 1.089.047 mortes. Os diagnósticos da OMS colocam o Brasil na ingloriosa terceira posição em número total de casos, com 5.113.628 confirmações; subindo para segunda, quando considerado o número de mortes: 150.998. A gravidade do momento, contudo, é diuturnamente relativizada pelo governo federal, com movimentos propondo-se à minoração da problemática que têm encontrado guarida e eco em alguns espaços sociais. Nesse contexto, o sistema penitenciário brasileiro – marcado pelas precarizações ensejadoras de seu reconhecido estado de coisas inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal – mostra-se enquanto um espaço de extrema vulnerabilidade. De acordo com o levantamento do Conselho Nacional de Justiça, até 13 de outubro do ano em curso, eram 32.795 os casos confirmados de COVID-19 entre as pessoas presas, com 116 óbitos já registrados. Os números trazidos pela crise sanitária associados ao descaso governamental e desassombro social em relação as consequências das violações aos direitos fundamentais dessa parcela da população, confirmam que a crise enfrentada também decorre de políticas públicas de exclusão. O presente trabalho propõe-se a analisar os desdobramentos da pandemia do COVID-19 no Brasil, atendo-se, especificamente, aos nefastos efeitos suportados pela população carcerária. Reconhecendo que as dinâmicas das relações sociais são profundamente marcadas pela hierarquização social, percebendo enquanto deliberada a deficitária prestação social desse Estado devedor, recorre-se aos estudos sobre colonialidade do poder para discussão dos dados apurados. Associa-se a tal perspectiva, a lógica da descartabilidade de corpos específicos debatida pela necropolítica a fim de discutir a desconsideração das medidas de desencarceramento e as propostas violadoras dos direitos dos sujeitos em situação de cárcere ventiladas enquanto alternativas ao combate da crise sanitária.

**PALAVRAS-CHAVE:** Prisões. Covid-19. Colonialidade do poder. Necropolítica

<sup>1</sup> Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), mariana\_eva24@hotmail.com